

## ATA “DESENVOLVIMENTO DO PROJETO SNPA – Módulos temáticos”

Elaborada por Carlos Antonio Almeida Barradas

O Sr. Jaison Luis Cervi (IBGE/COAGRO) apresentou o módulo temático sobre contratos e, em seguida, iniciou-se a etapa de perguntas e comentários.

O Sr. José Garcia Gasques (MAPA) ponderou que o palestrante referiu-se aos contratos de produção e comercialização num primeiro plano e, só depois, fez menção aos contratos financeiros, que na agropecuária são tão importantes quanto os primeiros, perguntando ao palestrante como os contratos de financiamento seriam abordados no módulo. O Sr. Jaison respondeu que os contratos de produção em referência são os de associação, integração e também os de financiamento da produção, sendo que todos serão objetos de investigação. O Sr. José Garcia Gasques, citando a CPR (Cédula do Produtor Rural) e os contratos de opções, argumentou que esses contratos são também muito importantes na agricultura e que teriam que entrar na pesquisa. O palestrante confirmou que esses tipos de contrato também serão levantados na pesquisa, e que estão sendo denominados de “contratos governamentais”, uma vez que são administrados pelo governos federal e estadual. O Sr. José Garcia Gasques informou que a CPR é um contrato estritamente privado, utilizada pelo produtor para levantar recursos por um prazo suficiente para financiar sua produção, sendo hoje em dia muito utilizado no campo. O Sr. Flávio Pinto Bolliger (Coordenador da COAGRO), em esclarecimento ao módulo apresentado, informou que trata-se de uma pesquisa para ajudar a entender a lógica da produção agropecuária, que inclusive o Censo já levanta, e que atende às várias demandas que surgiram após o I Fórum SNPA. Explicou que o objeto do módulo não é contrato, e sim, as relações que possibilitam ao estabelecimento se financiar para produzir e comercializar o que produz, levantando-se questões envolvidas no acesso aos meios de produção, sendo que parte dessas relações trata-se de relacionamentos com terceiros, que, deslocados para esse módulo, possibilitam retirar essas questões do corpo principal da pesquisa. Assim, continuou, é possível considerá-los à parte, de três em três anos, e sua finalidade é ajudar a compreender essa lógica de operação do estabelecimento agropecuário. Dentro desse conjunto, disse o Sr. Flávio, há um objetivo particular, que já é investigado em vários

países, que é o fato de que tudo o que se produz para venda destina-se ao mercado, só que parte muito importante do valor da produção da operação agropecuária é contratada, sendo que medir o tamanho desse pedaço (contratado) e o que é destinado ao mercado “spot” é muito importante para o Brasil. Esse indicador é a principal informação que se quer obter desse módulo e, num segundo plano, explorar outras relações que o estabelecimento mantém e que no mundo inteiro tem sido abordado na literatura como “agricultura de contrato”.

O Sr. Alfredo José Barreto (EMBRAPA) assinalou que esse enfoque, que não é somente o do acesso aos mercados, é importante conhecer. Informou que no final deste ano deve ser votado um projeto de lei no Senado sobre os contratos de parceria e integração, que vai tipificar os mesmos, sendo que tem um projeto de lei no Senado e outro na Câmara que são bem semelhantes. Afirmou que talvez surjam nas propostas determinações para alguns órgãos públicos atuarem na organização dessas informações, assim como já é feito nos Estados Unidos, sendo estratégico avançar nessa discussão. O Sr. Alfredo, referindo-se a outros modelos de contrato que estão surgindo, como o pagamento de serviços ambientais, que é um outro produto ou um “não-produto”, ou seja, que não vai utilizar a terra como meio de produção, perguntou se entrariam no módulo sobre contratos ou no módulo ambiental. Informou que já tem alguns estados implementando isso, ou seja, não se aumenta a área desmatada do estabelecimento agropecuário e se recebe por isso. O Sr. Alfredo concluiu, apontando que é preciso desde já pensar sobre o assunto, pois sabe-se que isso também vai interferir nos preços, nas terras disponíveis e na competição por espaço. O Sr. Flávio Bolliger ponderou que a averbação de áreas tem mais correlação com o imóvel, sendo que os quesitos vislumbrados pelo módulo possuem mais conexão com o estabelecimento agropecuário, contudo imóvel e estabelecimento são unidades de investigação bastante próximas e que muitas vezes se sobrepõem, sendo importante aprofundar no assunto.

A seguir, ocorreu a palestra do Sr. Paulo Ricardo de Brito Soares (IBGE/GTA) acerca do módulo sobre práticas agrícolas e meio ambiente, e, logo depois, abriu-se um espaço para sugestões e perguntas.

O Sr. Alfredo (EMBRAPA), referindo-se aos quesitos a serem elaborados nesse módulo, manifestou duas preocupações básicas, sendo que a primeira é como as mudanças

ambientais afetam a produção agropecuária, e a segunda, como a produção agropecuária afeta as questões ambientais. Acrescentou que se for investigado só o lado do produtor pode-se chegar a conclusões distorcidas, atribuindo ao agricultor uma atividade poluidora que ele não comete, e sim, o conjunto da sociedade, como é o caso da falta de tratamento do esgoto humano, que é até mais prejudicial em termos de impacto ambiental. Outro fator que se deve ter em mente, continuou o Sr. Alfredo, é quanto às questões envolvendo agrotóxicos, que apresentam uma cadeia de possíveis impactos e, nesse caso, as informações que precisamos são muito mais detalhadas. O representante da EMBRAPA disse achar que, infelizmente, não dá para encaixar esse aspecto nessa pesquisa, uma vez que não há jeito de tratar esses produtos sem um estudo específico, discriminando-se inclusive as diferentes classes toxicológicas e, principalmente, a periodicidade de aplicação nas lavouras (há casos em que o produtor pode aplicar 14 vezes dentro da safra, enquanto que, para outros, pode-se aplicar quatro vezes). Portanto, é preciso saber o que se usa, em que época, como foi aplicado, sua periodicidade e a quantidade que se utiliza em cada lavoura. Ele ainda colocou outro aspecto relevante, com relação à emissão de gases de efeito estufa. Assinalou que as mudanças climáticas afetam a agricultura, mas a agricultura também afeta o clima, sabendo-se que há muitas atividades na agricultura que podem aumentar ou diminuir a emissão de gases de efeito estufa. Para fazer o cálculo dessas emissões, a pesquisa poderá ser muito útil nesse aspecto se, por exemplo, for investigado o manejo de dejetos de suínos e de bovinos (que são uma grande fonte de emissão, dependendo do manejo). Assim, o Sr. Alfredo concluiu que há “um mundo de coisas importantes” e o sistema EMBRAPA e, em particular, a EMBRAPA/Meio Ambiente, se coloca à disposição para conversar à respeito desse trabalho. Em resposta, o Sr. Paulo Ricardo relatou que as colocações do Sr. Alfredo eram de grande relevância e que certamente irão ajudar nas discussões do grupo. O palestrante, referindo-se à questão específica dos agrotóxicos, respondeu que há um complexo de informações demandadas pelos usuários das pesquisas estatísticas, e que deve-se buscar o devido detalhamento. Esse tipo de pesquisa demanda um módulo específico sobre o tema, a ser tratado de forma particular pelo SNPA, pois demanda um cadastro mais elaborado e uma pesquisa sobre o tema em âmbito nacional, devendo-se ter um plano amostral adequado. O próprio Censo tem informações mais detalhadas sobre agrotóxicos, não sendo somente seu “uso” ou “não

uso”. Nesse módulo, pretende-se ser igual ou pelo menos um pouco melhor, sendo que, com relação à classe toxicológica, não havíamos pensado. Mas, com relação ao desmembramento quanto aos tipos, ou seja, se é herbicida, fungicida e inseticida, o grupo chegou a discutir, tendo achado interessante levantar a esse nível. O problema é saber se o produtor saberia informar sobre isso. O Sr. Flávio Bolliger comentou que o módulo é de grande importância, principalmente por gerar novas demandas de informações mais específicas, sendo esse um de seus objetivos. Assim, o problema é pesquisar o que é relevante para os agrotóxicos, sendo o tema um desafio, e é um dos que está listado para uma pesquisa suplementar ou especial. O Sr. Aroldo de Oliveira Neto (CONAB) comentou que os módulos apresentados são muito importantes para as políticas públicas, porque tanto os contratos como a problemática do meio ambiente impactam fortemente os custos e preços na agropecuária e, conseqüentemente, na renda do produtor. O Sr. Aroldo informou que a CONAB possui levantamento de custos de produção de 450 produtos, o que pode auxiliar os trabalhos do IBGE, caso a instituição queira aprofundar seus estudos. O Sr. Luís Fernando de Oliveira (MPOG) ponderou que o levantamento periódico das combinações tecnológicas que estão sendo adotadas pelos produtores, possibilita medir a evolução tecnológica do conjunto dessas técnicas avançadas, muitas sendo preconizadas pela própria EMBRAPA, como são o caso das técnicas de integração pecuária/lavoura/florestas e como o plantio direto e agricultura orgânica. Em resposta, o Sr. Paulo Ricardo informou que o trabalho tem como referência o Censo e que o intuito do grupo ainda não é fechar um questionário, mas sim provocar ampla discussão para poder avançar nos trabalhos de forma criteriosa e sistemática. Colocou também que o Censo já faz uma série desses levantamentos, que deverão ser mantidos, como é o caso do plantio direto. Continuando, o Sr. Paulo Ricardo teceu alguns comentários sobre a questão dos gases de efeito estufa, afirmando que muitas informações podem ser obtidas através de lotação de pasto, número de cabeças e outras informações correlatas, não havendo necessidade de que esse módulo específico sobre práticas agrícolas e meio ambiente realize esse levantamento. Já com relação aos dejetos produzidos pela pecuária, parece viável ser investigado por esse módulo. O Sr. Alfredo (EMBRAPA) informou que, com relação a esse tema, é utilizada metodologia específica do IPCC, que diz que se tem que informar em gado de leite, por exemplo, como é que se maneja os dejetos, se é confinado ou não, se é

confinado na hora que é feita a ordenha, como é destinado isso etc. O representante da EMBRAPA colocou também que há várias formas de se manejar os dejetos e que o fator que multiplica, para se ter a emissão dos gases de efeito estufa, é em função de quantos por cento do rebanho está desse ou daquele jeito. Assim, será relevante conversar e concluir quais números são necessários para esse levantamento, para podermos avaliar a viabilidade de sua colocação em um questionário. O Sr. Alfredo informou que o que é exigido pelo IPCC para a realização desses cálculos é fazer esse inventário, sendo comum em determinadas situações, quando não os temos, inferí-los, citando por exemplo o caso do arroz, havendo necessidade da área de plantio, onde está localizada, se é só área de várzea, irrigado ou intermitente, ou se é arroz de sequeiro etc. O Sr. Paulo G. M. de Carvalho (IBGE) sugeriu ao Sr. Alfredo que seja repassada a demanda máxima com relação ao tema, para que o grupo possa trabalhá-la, deixando claro que o módulo não vai poder dar conta de tudo, mas que isso ajudaria o grupo a definir as prioridades. Então, o Sr. Flávio Bolliger fez referência a um problema levantado pelo pesquisador Otávio Basaldi (EMBRAPA), a respeito dos modelos de produção que a EMBRAPA discrimina, ou que a CONAB também levanta sobre os custos envolvidos na produção, que são trabalhos muito detalhados, mas que trazem o problema de que não se sabe quantos adotavam aquele nível tecnológico. Ou seja, ninguém tem a resposta para essa pergunta. Assim, sabemos detalhadamente a questão dos dejetos e as questões envolvidas com o problema. Contudo, a investigação que se pensa realizar é para conseguir a estatística de quantos produtores adotam os níveis tecnológicos a, b ou c. Portanto, o que é importante pensar, é o que deve entrar numa pesquisa que tem caráter nacional. Qual é o pequeno indicador que, junto com todas as informações já acumuladas sobre os processos de produção, permitem tirar relações no IPCC ou outras que tem a ver com pesquisa de produção? Pois é isso que está faltando, não havendo viabilidade de se perguntar todos os aspectos tecnológicos envolvidos, por serem muito amplos. É essa a tarefa que estamos perseguindo.

Na sequência, houve a palestra do Sr. Flávio Pinto Bolliger, tratando-se da apresentação do plano tabular do módulo sobre trabalho, multiatividade, pluriatividade e renda familiar.

O Sr. Pedro Luís do Nascimento Silva (IBGE/ENCE) perguntou sobre o período de investigação da renda que, no plano tabular apresentado, não estaria visível, uma vez que o

módulo se refere a um período curto de tempo. Colocou que a maioria da renda que se está apurando na PNAD é renda de periodicidade mais larga, informando que então se terá uma dificuldade técnica, que é a questão da sazonalidade, que depende da atividade do produtor. Assim, haverá necessidade de se desenvolver um módulo com período de referência diferente, para compatibilizar isso com a renda do estabelecimento. O Sr. Pedro continuou, informando que a POF “se livra” disso captando dado repetidamente ao longo dos doze meses do ano, embora para cada respondente o período seja curto. Depois a POF faz uma anualização, sendo que nesse módulo provavelmente não se poderá proceder dessa mesma forma.

O Sr. Mauro Del Grossi (MDA), então, fez um questionamento sobre os casos em que a unidade do domicílio não for igual a unidade do estabelecimento agropecuário, por exemplo, quando no estabelecimento tem duas famílias morando, sendo parentes, como dois irmãos, que utilizam a terra em uso comum, ou então, uma grande propriedade, onde o dono ou o gerente não mora na cidade mais próxima, mas sim na capital (não é residente no local).

O Sr. Flávio Bolliger, reportando-se ao questionamento feito pelo Sr. Mauro, respondeu que o domicílio agrícola, em seu conceito, é uma unidade doméstica em que um ou mais membros são produtores agropecuários, não importando se está na área urbana ou rural. Segundo ele, o que implica de fato é se o estabelecimento “X” caiu na amostra e se a família que mora ali (produtor) terá que ser investigada no ano. Em princípio, se tem que localizar o produtor para que ele responda sobre o estabelecimento, mas o domicílio agrícola conceitualmente não precisa ser no mesmo terreno, apesar disso ser o caso mais comum (em 75% das situações). Contudo, nos 25% dos casos em que isso não é verdade, a solução, que inclusive é muito utilizada nos Estados Unidos, é eleger o principal produtor. Isto é fácil, apesar de haver alguns problemas, uma vez que é muito comum que a operação agropecuária seja feita em sociedade, e isso vai acontecer sempre. Porém, nós não adotamos isso pois é um elemento complicador. Várias dessas pesquisas discriminam os diversos sócios e as rendas dos vários sócios dentro da mesma operação (muitas vezes os sócios sendo marido e mulher). Assim, nós estamos assumindo que tem um principal e estamos contabilizando na pesquisa corrente toda aquela operação como se fosse uma unidade, independente dos sócios. Isso vale inclusive para casos de parceria, onde em

alguns questionários que existem por ai no mundo, todos os itens de receita estão discriminados entre o dono da terra e o contratante, e então, aquela pergunta lá de trás, quanto que vai para a empresa integradora e quanto que vai para o proprietário, toma parte no questionário, sendo essa uma alternativa, que não estamos adotando.

A seguir, o Sr. Flávio passou a falar sobre a POF, que foi mencionada há pouco pelo Sr. Pedro Luís. Segundo o Sr. Flávio, essa pesquisa tem um fator muito interessante. A POF levanta aquela renda que ocorreu durante um período e pergunta, ao longo do ano, quanto tempo que se teve aquele tipo de renda. Assim, se isso é um rendimento mensal, uma pensão, é levantada por tempo certo, por exemplo doze meses. Outros tipos de renda também são mensurados, demonstrando que o questionário é flexível com relação a essas fontes de rendas, e esse é o caminho. O que precisamos apurar é algo comparável ao ano, já que nós temos que estimar a renda anual, considerando que nós não vamos ter a vantagem da distribuição durante o ano inteiro, pois há o problema da sazonalidade, que, no caso da POF, é algo bem melhor. Ou seja, estaremos enfrentando as mesmas limitações da PNAD. Dessa forma, a solução é um pouco o que faz a POF, só que invertendo um pouco, que é obter a periodicidade daquela renda para compô-la para um ano. A partir disso, se terá que considerar a sua sazonalidade como na POF. Assim, a apuração desse quesito de renda anual, que é complexa, pode até ter outra solução, mas por enquanto o que estamos pensando não é copiar o mesmo questionário, mas sim utilizar a solução inteligente que tem nele.